

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. A respeito das disposições constitucionais referentes à remuneração dos servidores públicos, marque a incorreta:

- a) a remuneração dos servidores públicos estaduais têm como limite o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite exclusivamente aos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública;
- b) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;
- c) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;
- d) a remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;
- e) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

2. Estão legitimados para o ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade, salvo:

- a) O Presidente da República;
- b) A mesa da Câmara dos Deputados;
- c) Partido político com representação no Congresso Nacional;
- d) A mesa de Assembleia Legislativa;
- e) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito local.

3. Indique a alternativa que trata de matéria não sujeita à iniciativa legislativa privativa do Presidente da República:

- a) criação de cargos na Administração direta e autárquica;
- b) regime jurídico e aposentadoria de servidores públicos da União;
- c) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União;
- d) normas gerais para organização do Ministério Público, Defensoria Pública e

Advocacia Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) fixação ou modificação do efetivo das Forças Armadas.

4. Em se tratando de competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal, assinale a incorreta:

- a) A competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais;
- b) A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência complementar dos Estados;
- c) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades;
- d) A superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual, no que lhe for contrário;
- e) União, Estados e o Distrito Federal são competentes para legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual.

5. Acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a incorreta:

- a) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;
- b) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;
- c) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, inclusive aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;
- d) não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada;
- e) Os direitos e garantias expressos na Constituição de 1988 não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

6. Em relação às normas constitucionais que tratam das finanças públicas, marque a correta:

- a) Leis de iniciativa de qualquer membro do Congresso Nacional estabelecerão o plano

plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais;

b) A lei orçamentária anual não contera dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ainda que se trate de autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, nos termos da lei;

c) É permitida a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, desde que autorizados pelo Congresso Nacional;

d) A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei ordinária.

e) A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

DIREITO ADMINISTRATIVO

7. No que diz respeito a licitações públicas, a Administração Pública poderá, em tese, inabilitar licitante apenas em uma das situações dentre as listadas abaixo:

a) se a empresa não possuir número mínimo de empregados exigido e não estiver situada em local exigido pelo edital;

b) se a empresa apresentar certidão de débitos fiscais negativa;

c) se a empresa for enquadrada como empresa de pequeno porte;

d) se a empresa não apresentar atestados de obras e serviços anteriores que comprovem capacitação técnico-profissional, sendo permitida tal exigência pelo edital;

e) se a empresa estiver reunida em consórcio com outra empresa.

8. A respeito da teoria dos atos administrativos e a discricionariedade da Administração Pública para a criação de políticas públicas, entende-se que a intervenção do Poder Judiciário em questões relativas ao fornecimento de

medicamentos e matrícula de crianças em creches:

a) não se admite o controle judicial diante do entendimento de que existe uma reserva do possível;

b) não se admite o controle judicial haja vista que se está diante de direitos sociais de segunda geração;

c) não se admite o controle judicial, uma vez que se estaria ofendendo o princípio da separação dos poderes;

d) admite-se o controle judicial diante de determinados parâmetros jurídicos;

e) admite-se o controle judicial desde que incida exclusivamente sobre o mérito do ato administrativo.

9. Acerca dos atos e poderes administrativos, é correto afirmar:

a) considerando uma Situação em que um servidor público efetivo exonerado *ad nutum* sob determinada justificativa venha a provar a falsidade de tal justificativa, a exoneração no caso concreto pode ser mantida pela Administração Pública por se tratar de ato discricionário.

b) O Poder Judiciário pode controlar o conteúdo de provas de concurso em relação à sua adequação ao edital, estando impedido, contudo, de substituir banca examinadora de concurso público para rever os seus critérios.

c) o moderno entendimento a respeito do poder de polícia admite a sua delegação aos particulares.

d) o poder de polícia prescinde da autoexecutoriedade, sendo passível de recorrer a Administração Pública ao Poder Judiciário após a formação do título executivo;

e) o ato administrativo de homologação é vinculado e submetido à conveniência e oportunidade da autoridade homologante.

10. No que diz respeito à intervenção do Estado na propriedade privada, marque a alternativa correta:

a) considere hipótese em que o particular foi desapropriado de seu terreno para que nele fosse construída uma praça. Tendo o Poder Público observado haver maior necessidade de construir uma escola ao invés da referida praça, o particular poderá invocar o instituto da retrocessão para reaver o imóvel.

b) a existência prévia de limitação administrativa constante em nota que proíbe a construção em parte do imóvel em razão de normas ambientais não dá direito a indenização ao adquirente do imóvel.

c) a partir da publicação do Decreto de utilidade pública para desapropriação de imóvel, fica o particular proibido de obter licença para construção no imóvel.

d) após a decretação da utilidade pública para fins de desapropriação, fica o Poder Público autorizado a penetrar no imóvel objeto da desapropriação.

e) a ação de desapropriação indireta pode ser intentada a partir da criação da limitação administrativa sobre o bem do particular.

11. Assinale a alternativa correta a respeito dos bens públicos:

a) os bens de uso comum são utilizados por toda a coletividade em igualdade de condições e de forma gratuita.

b) os bens de uso comum podem ser desafetados e alienados.

c) os bens de uso especial e dominical não necessitam de desafetação para alienação.

d) os bens imóveis do Estado desafetados podem ser objeto de uso privativo, o que se dá mediante contrato de concessão de serviço público.

e) as terras devolutas são bens de uso especial integrantes do patrimônio da União.

12. Relativamente ao Processo Administrativo, estando este disciplinado no âmbito federal pela Lei Federal nº 9.784/1999, é correto afirmar o seguinte:

a) o processo administrativo deverá ser iniciado a pedido do interessado, havendo casos, contudo, em que a instauração poderá ser iniciada de ofício.

b) em razão do princípio da formalidade, o requerimento inicial do interessado deverá ser sempre formulado por escrito.

c) O administrado que responde a processo administrativo deve sempre se fazer assistir de advogado, sob pena de nulidade.

d) o princípio da urbanidade consiste no dever da Administração Pública dar ciência ao interessado de todos os atos necessários ao exercício do seu direito de defesa.

e) no exercício do seu poder de revisão e autotutela, pode a Administração Pública agravar a punição disciplinar aplicada ao interessado, desde que advenham novos fatos que justifiquem o agravamento da punição.

DIREITO PRIVADO E TEORIA GERAL DO DIREITO

13. Sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 2015), indique a única alternativa correta:

a) A pessoa com deficiência está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

b) O regime jurídico dele decorrente exclui a aplicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (Convenção de Nova Iorque, de 2007) e dos correspondentes atos internos de ratificação e incorporação.

c) A avaliação da condição de deficiência, sempre necessária para o acesso a direitos nele reconhecidos, será realizada, individualmente, por qualquer profissional da área de saúde e considerará, apenas, aspectos físicos e biológicos, com o exclusivo objetivo de identificar impedimentos de curto ou de longo prazo nas funções e nas estruturas do corpo.

d) Ao afastar categoricamente a possibilidade de reconhecimento da particular situação de vulnerabilidade da mulher com deficiência e da pessoa idosa com deficiência, ele impede a aplicação, no Brasil, daquilo que se pode denominar de discriminação múltipla, aditiva e interseccional.

e) Enquadra-se como prática de discriminação contra as pessoas com deficiência o ato de recusa de adoção de medidas de adaptação razoável necessárias e adequadas para assegurar que elas possam exercer direitos e liberdades fundamentais em igualdade de condições e de oportunidades com as demais pessoas.

14. A par de outras medidas normativas, a Lei nº 13.874, de 2019, instituiu a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabeleceu garantias de livre mercado e alterou o regime jurídico de interpretação dos negócios jurídicos. Dessa maneira, sobre o processo interpretativo desses negócios, indique a única alternativa incorreta a respeito dos sentidos jurídicos que devem prevalecer:

a) Aqueles que se confirmam pelo comportamento das partes posterior à conclusão do negócio.

b) Aqueles que correspondem aos usos, costumes e práticas do mercado relativas ao tipo de negócio.

c) Aqueles que correspondem à boa-fé objetiva.

d) Aqueles que favorecem a proteção dos interesses da Administração Pública quanto à

arrecadação de tributos, em razão da aplicação do princípio da intervenção plena do Estado sobre o exercício de atividades econômicas.

e) Aqueles que se revelam mais benéficos ao contratante que não redigiu o instrumento do contrato, se identificável.

15. Os requisitos de validade do contrato individual de trabalho com a Administração Pública incluem:

I – A capacidade do empregado;

II – A licitude do objeto do contrato;

III – A possibilidade do objeto do contrato;

IV – A aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Diante desse conjunto de assertivas, indique a única alternativa correta:

a) Todas elas são falsas.

b) Todas elas são verdadeiras.

c) Apenas o item IV é falso.

d) Apenas o item II é verdadeiro.

e) Apenas os itens III e IV são falsos.

16. Analise as seguintes assertivas sobre os contratos em que a Administração Pública comparece como parte contratante:

I – Nos contratos com conteúdo predominantemente regido por normas de direito privado, aplicam-se, em favor dela, no que possam caber, certas prerrogativas próprias do regime jurídico de direito público dos contratos administrativos.

II – Neles não se pode aplicar, ainda que supletivamente, a denominada teoria geral dos contratos.

III – Os contratos de trabalho com empresa pública exploradora de atividade econômica regem-se, exclusivamente, por normas de direito público.

IV – A presunção de legitimidade dos atos administrativos em geral afasta a aplicação dos princípios de probidade e de boa-fé na execução dos contratos com a Administração Pública.

Diante desse conjunto de assertivas, indique a única alternativa correta:

a) Todas elas são falsas.

b) Todas elas são verdadeiras.

c) Apenas o item IV é falso.

d) Apenas o item I é verdadeiro.

e) Apenas os itens III e IV são falsos.

17. Sobre o momento de caracterização do estado de mora no Direito Civil, assinale a única alternativa correta:

a) O devedor acha-se em estado de mora sempre a partir da data do ajuizamento da demanda de reparação de danos.

b) Ressalvada a hipótese de previsão contratual em sentido contrário, o credor passa para o estado de mora dez dias depois de recusar o pagamento oferecido pelo devedor.

c) No caso de abuso de direito, o devedor encontra-se em mora desde o momento em que praticou o ato abusivo.

d) Nas obrigações decorrentes de ato ilícito, o estado de mora configura-se, como regra, a partir do momento da citação válida do réu.

e) Nas obrigações decorrentes de ato ilícito, a configuração do estado de mora depende de prévia interpelação judicial ou extrajudicial.

18. Acerca da articulação dos atos normativos prevista na Lei Complementar nº 95, de 1998, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis”, indique a única alternativa incorreta:

a) Os parágrafos comportam desdobramento em incisos.

b) Os incisos comportam desdobramento em alíneas.

c) As alíneas consistem no último nível normativo de detalhamento e enumeração e, em razão disso, não comportam desdobramento.

d) Não se estabelece, expressamente, o número máximo de parágrafos ou incisos em que um artigo pode desdobrar-se.

e) Os artigos consistem na unidade básica de articulação e seguem numeração ordinal (do 1º ao 9º) e cardinal (do 10 em diante).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

19. Assinale a alternativa correta:

a) Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.

b) Prorrogar-se-á a competência absoluta se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.

c) O incapaz não será representado ou assistido por seus pais, por tutor ou por curador, na forma da lei.

d) Será representados em juízo, ativa e passivamente, o Estado, por seu Governador.

e) Não é dever da parte expor os fatos em juízo conforme a verdade.

20. Assinale a alternativa errada:

- a) Considera-se litigante de má-fé aquele que deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso.
- b) A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.
- c) A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.
- d) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- e) Não incumbe ao juiz determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.

21. Assinale a alternativa correta:

- a) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em quádruplo para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.
- b) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.
- c) O comparecimento espontâneo do réu ou do executado não supre a falta ou a nulidade da citação.
- d) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- e) O juiz não poderá corrigir o valor da causa atribuído em desconformidade com os critérios legais.

22. Assinale a alternativa errada:

- a) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.
- b) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.
- c) Na decisão que conceder, negar, modificar ou revogar a tutela provisória, o juiz motivará seu convencimento de modo claro e preciso.
- d) A tutela de urgência será concedida independentemente da demonstração de perigo

de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

- e) O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse, salvo se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.

23. Assinale a alternativa correta:

- a) A lei não prevê hipóteses de formulação de pedido genérico.
- b) Não é possível a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, sem que entre eles haja conexão.
- c) O autor poderá até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu;
- d) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar acórdão de Turma do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;
- e) Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação, salvo se uma das partes manifestar, expressamente, desinteresse na composição consensual;

24. Assinale a alternativa correta:

- a) Contra a sentença cabe o recurso de agravo de instrumento.
- b) As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.
- c) O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos diretamente no Supremo Tribunal Federal ou no Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso.
- d) É cabível a produção de prova pericial no processo do mandado de segurança.
- e) O Estado não é entidade legitimada para a propositura de ação civil pública.

DIREITO TRIBUTÁRIO

25. Quanto às “Limitações ao Poder de Tributar”, previstas na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:

- a) é vedado exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça, não sendo possível medidas

provisórias criarem ou majorarem tributos, por não serem leis em sentido estrito;

b) é vedada a limitação ao tráfego de pessoas por meio de tributos, sendo inconstitucional a cobrança de pedágio que impeça a livre circulação entre regiões metropolitanas de municípios vizinhos;

c) é possível a criação de qualquer tributo e sua cobrança no mesmo exercício financeiro, desde que respeitado o prazo mínimo de 90 (noventa) dias;

d) a legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores pretéritos, futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja a ocorrência tenha tido início, mas não esteja completa;

e) a vedação da cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentos não se aplica ao imposto sobre produtos industrializados;

26. Com relação às disposições constitucionais relativas às limitações ao direito de tributar, assinale o item correto:

a) Em regra, a União possui a prerrogativa de instituir isenções de tributos que não sejam de sua competência;

b) o princípio da legalidade tributária veda que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exijam ou aumentem tributos sem lei que o estabeleça, devendo ser utilizada, em regra, lei complementar para instituir tributo;

c) a imunidade recíproca dos entes federados aplica-se ao patrimônio, à renda, e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário;

d) a imunidade recíproca é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes;

e) devido ao princípio da capacidade contributiva, é vedada a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico regional;

27. Constituem modalidades de extinção, exclusão e suspensão de exigibilidade do crédito tributário, respectivamente:

a) a remissão, a anistia e o parcelamento;

b) a moratória, a conversão do depósito em renda, a anistia;

c) o parcelamento, a isenção, a anistia;

d) o depósito do montante integral, a anistia, a remissão;

e) a anistia, a remissão, o parcelamento;

28. De acordo com o estipulado no Código Tributário Nacional sobre obrigação e responsabilidade Tributárias é incorreto afirmar:

a) a responsabilidade por infrações da legislação tributária, salvo disposição de lei em contrário, independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato;

b) a responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração;

c) a obrigação acessória decorre de lei ordinária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos;

d) os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação;

e) a autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária;

29. Acerca das garantias e privilégios do crédito tributário, conforme estabelece o CTN, não é correto afirmar:

a) o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho;

b) na falência, o crédito tributário tem preferência aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar;

c) a cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação

em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento;

d) nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova de quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas;

e) são extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência;

30. Sobre os impostos federais, estaduais e municipais é correto afirmar:

a) O ICMS, Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, será seletivo, em função da essencialidade da mercadoria e do serviço;

b) o ITCD, imposto de transmissão causa mortis e doação, terá suas alíquotas mínimas e máximas fixadas pelo Senado Federal;

c) o IPVA, imposto sobre a propriedade de veículo automotor, poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização do veículo;

d) o IPI, imposto sobre produtos industrializados, poderá ser seletivo, em função da essencialidade do produto;

e) o IPTU, imposto sobre a propriedade territorial urbana, será progressivo em razão do valor dos imóveis;